



## O reencontro com as meretrizes: a constante revisitação e os cuidados com os fundos documentais

Maureen Elina Javorski<sup>1</sup>

---

O Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, com seus 161 anos de existência, tem por função guardar, preservar e divulgar a memória documental da administração pública desde o início da província e por isso mantém grande parte da memória da formação do Estado e dos paranaenses. Tendo por maior parte, em seu acervo, a documentação produzida pelos órgãos ligados ao poder Executivo do Estado e diretamente ligada à Secretaria da Administração e Previdência, o Arquivo Público guarda a produção documental das idades intermediária e permanente.

A Divisão de Documentação Permanente atualmente conta com 78 fundos públicos e 22 fundos privados. Todos eles são armazenados em condições apropriadas de climatização e disposição dentro de depósitos, guardando o mesmo recorte temporal (século XVII ao período de vigência da Delegacia de Ordem Política e Social, por exemplo).

Os livros copiadores de assuntos administrativos do governo, estatutos de times desportivos, processos criminais e jurídicos, documentos pessoais produzidos por personagens ilustres da história do Paraná, fotografias e mapas, entre outros, são amostras das tipologias documentais que constituem o acervo total da documentação permanente.

A qualidade de armazenamento não pode ser compreendida como o fim do tratamento do documento. Os procedimentos de preocupação com o patrimônio devem fazer parte das atividades diárias para a preservação, conservação e acessibilidade dos pesquisadores.

Um dos exemplos da aplicação do cuidado com um dos fundos que tem surtido interesse nos pesquisadores que buscam novas fontes para os diálogos com as questões de gênero, criminalidade e condição feminina na Curitiba do início do século XX tem sido uma série documental, pouco divulgada e conhecida, que causa curiosidade por abordar as profissionais de um trabalho que ainda nos dias atuais causa polêmica e permanece na marginalidade.

Dentre os Fundos Públicos, o acervo que foi incorporado e recolhido em maio de 2005 referente ao Instituto de Identificação — BR PR APPR PB057 — é constituído por livros copiadores de Registro Geral, em torno de 43.700 prontuários de Registro Geral, livros de registro de passaporte (1913–1935), um livro com 310 registros de Meretrizes (1919–1920) e 952 prontuários com a mesma temática (1920–1939).

Com a demanda crescente de acesso ao Fundo do Instituto de Identificação, bem como os levantamentos e descrições realizados pela Divisão correspondente, depara-se com o frequente resgate e cuidados que se tem com o acervo documental e que parecem imperceptíveis em ações cotidianas quando se tornam um procedimento rotineiro.

Com o passar dos anos, os documentos apresentam os desgastes do tempo, do uso e do acondicionamento. Para isso, conta-se com a cooperação mútua da equipe voltada para o tratamento documental.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná. Historiadora do Departamento de Arquivo Público do Paraná.

O diálogo interdisciplinar entre os historiadores, arquivistas, especialistas em conservação e restauro, a direção e os estagiários promove a conscientização de cuidados especiais desde a retirada do documento do depósito até a disponibilidade deste ao pesquisador.

A importância da geração de conferência da base de dados digitais existentes em relação às notações aplicadas nas caixas de armazenamento, as descrições, os processos de restauro, bem como o início do processo de digitalização dos prontuários são desafios que foram aplicados, especificamente, na série que compõe o fundo do qual aqui se fala: o registro de Meretrizes.

A série das meretrizes é composta por um livro com 310 registros e 952 prontuários que em sua maioria constituem-se de informações como: fotografia de identificação, dados pessoais (nascimento, casamento, familiares e instrução, por exemplo), análises médicas e cicatrizes, situações forenses e a exposição dos crimes, e a moradia dessas mulheres, designadamente na capital do Estado do Paraná dos anos de 1920 a 1939.

As inscrições dos registros informam a região em que a mulher fichada praticava sua atividade de mercúrio em Curitiba. Em uma análise ampla, observam-se que muitas destas mulheres eram oriundas de cidades do interior do Paraná, estrangeiras, viúvas, casadas, solteiras, sem instrução e que se sujeitaram a contribuir com seus dados para a produção destes prontuários.

Num comparativo com outras fontes de fundos com recorte temporal aproximado, como a série do Instituto Médico Legal — pertencente ao fundo da Secretaria da Segurança Pública PB036 — e do fundo do Poder Judiciário, observa-se que os subsídios informados nos prontuários auxiliavam nos casos de envolvimento em brigas, crimes, abusos contra as meretrizes ou causados por elas. Era um modo de assistência, controle dos corpos e organização social.

Os documentos existentes nesta série vão muito além do que se possa expor neste momento. São probabilidades para inúmeras pesquisas, percepções e levantamentos que revelam novas possibilidades de abordagens sobre a marginalização das prostitutas do início do século passado, sendo, desta forma, fundamental o trabalho do Arquivo Público de manter esse valioso material em condições de acessibilidade.

O acesso e a manipulação da informação dentro de uma instituição de guarda documental determina movimentos internos em documentos ditos permanentes. Os acervos não ficam estáticos nos depósitos; causam novas idades internas de corrente, intermediário e permanente conforme a demanda de acessibilidade. Desta forma, precisa-se estar atento para as necessidades que os fundos demandam.

Antes da divisão organizada da série das Meretrizes, dentro do fundo do Instituto de Identificação, estas tiveram suas caixas incorporadas sem distinção temática. Com o passar do tempo, compreendeu-se que necessitavam de uma distinção que não apenas as marcações feitas a lápis que subdividiam as caixas em onze volumes.

Mesmo com o pertencimento a um fundo em comum, a estabilidade destes quase mil prontuários destas mulheres e a existência de uma base de dados com a classificação isolada, há a necessidade de revisitar o acervo. Para tanto, a equipe reuniu-se para a disposição dos prontuários de forma que suas caixas, suas etiquetas, seus exemplares e a base de dados fossem atualizadas com as legislações vigentes da arquivologia e do Manual de Gestão Documental em vigor no Paraná.

A reorganização revelou uma demanda muito pequena no que tange o tratamento do acervo acerca da restauração, o que proporcionou desempenhar a etapa de digitalização para os documentos mais fragilizados, tendendo à preservação e à divulgação sem o desgaste do material no futuro.

As mudanças proporcionaram um ganho de espaço e contribuíram para uma manipulação mais esclarecida, devido à existência de lacunas entre os números de registro dos prontuários. Para facilitar o acesso, foi anexado um guia impresso com os respectivos números, nomes e datas dos dados que compõem cada caixa.

Os procedimentos descritos nesta exposição tendem a apresentar um caráter corriqueiro das atividades exercidas diariamente dentro das instituições de armazenamento de bens patrimoniais. Embora não se possa numerar a quantidade de vezes que se revisita um acervo com sua organização, preservação e manipulação, isso deve ser encarado como um cuidado contínuo pela guarda da memória de uma comunidade.

Os constantes reencontros com a informação permitem novos olhares para os dados que estão presentes, por exemplo, no papel. A organização e o repensar do acervo não seriam uma mudança nos conteúdos que abriga, mas sim a consciência da preservação para possibilitar novas análises e interpretações através dos tempos.